



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE PINDAMONHANGABA
PROCESSO: CartPrecCiv 0011746-34.2023.5.15.0059
AUTOR: EDSON CAJUI DE MORGADO
RÉU: AGROPECUARIA GERIVA S A

MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

DESTINATÁRIO/EXECUTADA:

AGROPECUARIA GERIVA S A - CNPJ: 47.672.928/0001-86

Endereço: LOTE 12 - QUADRA A, LOTEAMENTO JARDIM VÉU DA NOIVA, CAPIVARI, CAMPOS DO JORDAO/SP - CEP: 12460-000

O(A) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho, ROGÉRIO PRINCIVALLI DA COSTA CAMPOS, Juiz(a) do Trabalho da Vara do Trabalho de Pindamonhangaba, no uso de suas atribuições legais, DETERMINA que o(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça, a quem este mandado for distribuído, em seu cumprimento, proceda à **PENHORA E AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS sob matrícula nº 4.497; 4.498 e 13.281**, registradas no Cartório de Imóveis da Comarca de CAMPOS DO JORDÃO, registrando o real estado em que se encontram. Tudo para garantia da dívida, cujo montante deverá ser corrigido pela legislação trabalhista vigente à data do efetivo depósito.

TOTAL - R\$ 91.558,83

Data de Atualização - 01/09/2022

Despacho (ID 6210a4f - anexo): "DESPACHO

Expeça-se Carta Precatória para penhora e avaliação dos imóveis matrícula nº 4.497 (ID fad5989), nº 4.498 (ID ac38850) e nº 13.281 (ID 83766ff) no CRI de Campos do Jordão.

Desde já nomeio como depositário o reclamante EDSON CAJUI DE MORGADO (CPF/CNPJ 155.919.538-08).

Deverá o Sr.Oficial de Justiça, na hipótese de condomínio, constatar se há débitos condominiais, ou na impossibilidade certificar o nome e

endereço do síndico/administrador para futura notificação para tal fim, conforme disposto no artigo 150-A, § 1º do Provimento GP/CR 13/2006.

Deverá ainda o Sr.Oficial de Justiça retirar as cópias da certidão de dados cadastrais do imóvel (IPTU) junto à Prefeitura Municipal, nos termos do artigo 242 da Consolidação das Normas da Corregedoria.

Por fim, quando em termos, deverá proceder ao registro da penhora na ARISP. ”.

Justiça gratuita concedida em 30/01/2019 (ID a97ba23)

Autoriza-se, desde logo, que o(a) oficial(a) de justiça avaliador(a) se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 845 e 846, caput e § 2º, do CPC, autorizado o arrombamento e a requisição de força policial com a mera apresentação deste à autoridade policial. Havendo necessidade de remoção, nas hipóteses da parametrização, fica desde já autorizada a conclusão do ato iniciado durante o dia após as 20h, na forma do § 1º do art. 212.

Deverá o(a) Oficial(a) de Justiça proceder a todas as diligências necessárias para cumprimento do presente mandado, efetivando a penhora, se necessário for, onde se encontrem os bens (art. 845 do CPC), independentemente de nova ordem ou mandado, inclusive em agências bancárias (CPC, art. 835, I), ou a devedores do executado (CPC, art. 855). Caso não haja pagamento ou garantia da execução, ordena-se que penhore e avalie, tantos bens quantos bastem, respectivamente, face dos artigos 7º, inciso IV, e 14, inciso I, ambos da Lei nº 6.830 /1980, subsidiariamente aplicada ao Processo do Trabalho ante o permissivo do art. 889 da CLT.

A petição inicial e documentos poderão ser acessados pela página eletrônica (<https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao>) , digitando a(s) chave(s) abaixo:

Descrição	Tipo de documento	Chave de acesso**
Certidão	Certidão	23100411223413700000213090845
Petição Inicial	Petição Inicial	23100411131134400000213089180
CARTA PRECATÓRIA	Documento Diverso	23100411142197600000213089341
DOCUMENTO	Documento Diverso	23100411143986500000213089396
DOCUMENTO	Documento Diverso	23100411144785100000213089414
DOCUMENTO	Documento Diverso	23100411150341700000213089444

DOCUMENTO	Documento Diverso	23100411151396800000213089472
-----------	-------------------	-------------------------------

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.

Este é assinado pelo(a) servidor(a), de ordem do(a) MM. Juiz(a) do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI, do CPC.



Assinado eletronicamente por: ANA LUCIA SUDAHIA - Juntado em: 04/10/2023 11:34:58 - 8d3c8c7
<https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23100411344511400000213093299?instancia=1>
Número do processo: 0011746-34.2023.5.15.0059
Número do documento: 23100411344511400000213093299